



DE 13 A 17 JUNHO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 25/XIII](#)

Procede à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo decreto-lei n.º 215/89, de 1 de julho e à alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro

Autoria: Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

[Projeto de Resolução 375/XIII](#)

Pela criação de uma entidade pública responsável pelo planeamento, investigação, definição das linhas estratégicas e operacionalização da resposta pública de combate à toxicod dependência e alcoolismo

Autoria: PCP

[Projeto de Resolução 377/XIII](#)

Recomenda ao Governo que proceda a alterações ao Programa de Arrendamento Jovem Porta 65

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 380/XIII](#)

Propõe medidas que contribuam para a diminuição dos custos com os combustíveis

Autoria: PCP

[Projeto de Resolução 382/XIII](#)

Antecipa o dia de pagamento das pensões do sistema de Segurança Social

Autoria: BE

EDUCAÇÃO

[Lei n.º 16/2016 - Diário da República n.º 115/2016, Série I de 2016-06-17](#)

Assembleia da República

Revoga a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, procedendo à décima quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 139-A/90](#), de 28 de abril, e à revogação do [Decreto-Lei n.º 146/2013](#), de 22 de outubro, e do [Decreto Regulamentar n.º 3/2008](#), de 21 de janeiro

ENERGIA

[Presidente da República promulga diploma sobre a melhoria do desempenho energéticos dos edifícios.](#)

Tendo em consideração que a presente alteração legislativa visa clarificar diversas questões suscitadas pela Comissão Europeia no âmbito do processo de transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva, processo que atualmente se encontra em parecer fundamentado, bem como melhorar a sua adequação ao quadro jurídico vigente, e assumindo que a alteração ora proposta pelo Governo pressupõe o menor impacto negativo possível para os cidadãos, o Presidente da República promulgou o diploma que procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010.

FINANCEIRO

[Portaria n.º 165-A/2016 - Diário da República n.º 112/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-06-14](#)

Finanças

Terceira alteração à [Portaria n.º 121/2011](#), de 30 de março, que regulamenta e estabelece as condições de aplicação da contribuição sobre o setor bancário

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística: Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - abril de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Empréstimos e depósitos bancários - abril de 2016](#)

[Boletim Oficial n.º 6/2016](#)

[Nota de Informação Estatística 61|2016: Análise setorial das indústrias alimentares 2010-2015](#)

[Indicadores Coincidentes - junho 2015](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - maio 2016](#)

[Indicadores de síntese dos fundos de investimento imobiliário, FEII e FUNGEPI - maio 2016](#)

FISCAL

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[A Autoridade Tributária e Aduaneira - AT disponibiliza atendimento aos contribuintes surdos.](#)

IMOBILIÁRIO

[Acórdão n.º 277/2016 - Diário da República n.º 112/2016, Série II de 2016-06-14](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma extraída dos artigos 30.º, 31.º e 32.º do Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, segundo a qual «os inquilinos que não enviem os documentos comprovativos dos regimes de exceção que invoquem (seja quanto aos rendimentos, seja quanto à idade ou ao grau de deficiência) ficam automaticamente impedidos de beneficiar das referidas circunstâncias, mesmo que não tenham sido previamente alertados pelos senhorios para a necessidade de juntar os referidos documentos e das consequências da sua não junção»

LEI DA NACIONALIDADE

[Acórdão n.º 331/2016 - Diário da República n.º 112/2016, Série II de 2016-06-14](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma que se extrai da alínea b) do artigo 9.º da Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, e da alínea b) do n.º 2 do artigo 56.º do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, segundo a qual constitui fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa a condenação, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a 3 anos, segundo a lei portuguesa, quando foi aplicado o mecanismo da dispensa de pena

SAÚDE / LIFE SCIENCES

[Portaria n.º 165/2016 - Diário da República n.º 112/2016, Série I de 2016-06-14](#)

Saúde

Altera a [Portaria n.º 340/2015](#), de 8 de outubro, que regula, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, a caracterização dos serviços e a admissão nas equipas locais, bem como as condições e requisitos de construção e segurança das instalações de cuidados paliativos

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **TMT**

[Lei n.º 15/2016 - Diário da República n.º 115/2016, Série I de 2016-06-17](#)

Assembleia da República

Reforça a proteção dos consumidores nos contratos de prestação de serviços de comunicações eletrónicas com período de fidelização (décima segunda alteração à [Lei n.º 5/2004](#), de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas)

[Regulamento n.º 593/2016 - Diário da República n.º 113/2016, Série II de 2016-06-15](#)

Autoridade Nacional de Comunicações

Regulamento para Operação do Sistema de Transmissão de Dados em Radiodifusão (RDS)

ANACOM

[Governo lança consulta sobre o projeto de transposição da Diretiva 2014/53/UE](#)

Envio de contributos até 29.06.2016.
15.06.2016

[Concurso público para aquisição de um estudo sobre o valor económico do espetro radioelétrico](#)

Entrega das propostas até 14.07.2016.
16.06.2016

 **TRABALHO**

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2016 - Diário da República n.º 112/2016, Série I de 2016-06-14](#)

Supremo Tribunal de Justiça

«As alterações introduzidas pela [Lei n.º 23/2012](#) de 25 de Junho ao Código do Trabalho, que determinaram a redução do valor do trabalho suplementar e suspenderam pelo período de 2 anos a vigência da cláusula 40.^a do CCTV do setor dos transportes rodoviários de mercadorias, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 9 de 8/03/1980, com as sucessivas alterações, não se repercutem no valor mensal atribuído à retribuição prevista na Cláusula 74.^a n.º 7 do mesmo CCTV, não determinando a sua redução em função do valor atribuído ao trabalho suplementar»

 **TRANSPORTES**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2016 - Diário da República n.º 115/2016, Série I de 2016-06-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a despesa no âmbito da conclusão da participação portuguesa no desenvolvimento e produção da aeronave de transportes multiúteis para os anos de 2016 e 2017

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A - Diário da República n.º 114/2016, Série I de 2016-06-16](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2016/A - Diário da República n.º 114/2016, Série I de 2016-06-16](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Primeira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2015/A](#), de 12 de agosto, que regulamenta o [Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A](#), de 16 de dezembro, alterado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 16/2014/A](#), de 1 de setembro, que aprova o regime de apoio à habitação pela via do arrendamento, designado por Programa Famílias com Futuro

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 21/2016/M - Diário da República n.º 113/2016, Série I de 2016-06-15](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas para a prevenção e controle das demências e de apoio aos doentes e suas famílias

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 22/2016/M - Diário da República n.º 113/2016, Série I de 2016-06-15](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo da República a renegociação da dívida e sustentabilidade das contas públicas regionais

UNIÃO EUROPEIA

BANCO CENTRAL EUROPEU

[Situação financeira consolidada do Eurosistema em 10 de junho de 2016](#)

[Eurosistema prepara a introdução da nova nota de €50](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Intervenientes de primeiro plano vindos de todo o mundo reúnem-se para o 10.º aniversário das Jornadas Europeias do Desenvolvimento](#)

As Jornadas Europeias do Desenvolvimento, que se realizam em Bruxelas, têm por objetivo gerar novas ideias, passar à ação e configurar o futuro. Os participantes incluirão dirigentes mundiais, líderes da juventude e centenas de oradores, bem como organizações da sociedade civil e organizações internacionais.

[A Comissão injeta 6,7 mil milhões de EUR em infraestruturas de transporte para impulsionar o emprego e o crescimento](#)

Juntamente com o Plano de Investimento para a Europa, o Mecanismo Interligar a Europa desempenha um papel preponderante para colmatar o défice de investimento na Europa, o que constitui uma das principais prioridades da Comissão.

Consulta pública

Transportes

[Revisão do Regulamento \(CE\) n.º 1071/2009 sobre o exercício da atividade de transportador rodoviário e do Regulamento \(CE\) n.º 1072/2009 sobre o acesso ao mercado do transporte internacional rodoviário de mercadorias](#)

15.06.2016 – 15.09.2016

Ambiente

[Avaliação intercalar do Programa LIFE](#)

17.06.2016 – 09.09.2016

JORNAL OFICIAL EU

ATOS LEGISLATIVOS

Segredos Comerciais

Diretiva (UE) 2016/943 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativa à [proteção de know-how e de informações comerciais confidenciais \(segredos comerciais\) contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Abuso de Mercado

Regulamento Delegado (UE) 2016/957 da Comissão, de 9 de março de 2016, que [completa o Regulamento \(UE\) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às normas técnicas de regulamentação relativas aos dispositivos, sistemas e procedimentos, bem como aos modelos de notificação, a utilizar para prevenir, detetar e comunicar práticas abusivas ou ordens ou operações suspeitas](#)

Regulamento de Execução (UE) 2016/959 da Comissão, de 17 de maio de 2016, que [estabelece normas técnicas de execução para as sondagens de mercado no que se refere aos sistemas e modelos de notificação a utilizar pelos participantes no mercado que transmitem a informação e ao formato dos registos referidos no Regulamento \(UE\) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Regulamento Delegado (UE) 2016/960 da Comissão, de 17 de maio de 2016, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação relativas aos dispositivos, sistemas e procedimentos adequados aplicáveis aos participantes no mercado que transmitem a informação e que realizam sondagens de mercado](#)

Financeiro

Decisão (UE) 2016/948 do Banco Central Europeu, de 1 de junho de 2016, relativa à [implementação do programa de compra de ativos do setor empresarial \(BCE/2016/16\)](#)

Decisão (UE) 2016/956 do Banco Central Europeu, de 7 de junho de 2016, que [altera a Decisão BCE/2016/245 \(BCE/2016/2\) que estabelece as regras relativas ao regime de aquisições \(BCE/2016/17\)](#)

Regulamento de Execução (UE) 2016/962 da Comissão, de 16 de junho de 2016, que [estabelece normas técnicas de execução no que respeita aos formatos uniformizados, aos modelos e às definições relativos às informações que as autoridades competentes e as autoridades de resolução devem identificar e transmitir à Autoridade Bancária Europeia nos termos da Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Investimento

Regulamento Delegado (UE) 2016/958 da Comissão, de 9 de março de 2016, que [completa o Regulamento \(UE\) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às normas técnicas de regulamentação com vista a determinar as modalidades técnicas para a comunicação objetiva das recomendações de investimento ou outras informações recomendando ou sugerindo estratégias de investimento, bem como da menção de interesses particulares ou de conflitos de interesses](#)

Regimes de Bens dos Casais Internacionais

Decisão (UE) 2016/954 do Conselho, de 9 de junho de 2016, que [autoriza a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões sobre os regimes de bens dos casais internacionais, incluindo os regimes matrimoniais e os efeitos patrimoniais das parcerias registadas](#)

Tecnologias da Informação

Decisão (UE) 2016/971 do Conselho, de 17 de junho de 2016, relativa à [celebração, em nome da União Europeia, de um acordo sob a forma de Declaração sobre a Expansão do Comércio de Produtos das Tecnologias da Informação \(ATI\)](#)

[Declaração sobre a Expansão do Comércio de Produtos das Tecnologias da Informação](#)

 **PARLAMENTO EUROPEU**

[Consumo de energia: quando custa um quilowatt-hora?](#)

A utilização mais eficiente da energia permite-nos diminuir as nossas contas de eletricidade e o nosso impacto ambiental. Muitos dos eletrodomésticos, como candeeiros, fornos ou aspiradores, são comercializados com um rótulo para permitir que os consumidores façam uma escolha tendo em conta a sua eficiência energética. Os eurodeputados estão a analisar uma proposta que pretende simplificar o sistema.

[O Semestre Europeu e o impacto nas pensões e no sistema de saúde](#)

Quanto dinheiro deve um país alocar ao sistema de saúde ou de pensões para os seus cidadãos? Esta é apenas uma das decisões que os parlamentos nacionais tomam todos os anos. No entanto, estas escolhas têm de respeitar os compromissos orçamentais acordados ao nível europeu no âmbito do ciclo do semestre europeu. Eurodeputados das comissões dos Assuntos Económicos e Monetários e da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais debateram o processo com vários comissários europeus.

[Supermercados vs produtores: PE quer proteger produtores de práticas comerciais desleais](#)

Nem tudo funciona bem na cadeia de abastecimento alimentar. Ao temerem perder o acesso ao mercado, os produtores acabam por aceitar que as grandes cadeias de distribuição definam as regras, sendo muitas vezes obrigados a vender abaixo do custo de produção. O Parlamento aprovou um relatório em que solicita que a Comissão Europeia apresente propostas para impedir que estas práticas comerciais desleais.

[Eurodeputados da Comissão Saúde Pública e Segurança Alimentar não querem alegações de saúde em bebidas energéticas](#)

Os eurodeputados da Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar votaram um relatório que se opõe a uma proposta da Comissão Europeia que permitiria que os benefícios da cafeína, como o aumento da resistência física ou o aumento da concentração, fossem identificados nos rótulos de bebidas energéticas. Assista ao nosso vídeo para conhecer a opinião da relatora Christel Schaldemose (S&D, Dinamarca).

[Alimentar o mundo: eurodeputados analisam opções tecnológicas](#)

Estima-se que em 2050 a população mundial alcance 9,6 mil milhões de pessoas e que a procura de alimentos cresça 70%. Será o mundo capaz de dar resposta a esta procura? Na sessão plenária de junho, os eurodeputados salientaram a necessidade de se investir na tecnologia agrícola, bem como na redução do impacto ambiental da agricultura. Em análise esteve também a busca de soluções para melhorar o setor da agricultura em África.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 16 DE JUNHO DE 2016

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Um conjunto de alterações ao Decreto-Lei que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2016.

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newsletter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011